

**Os encantos da leitura em uma instituição socioeducativa
de internação**

**The charms of reading in a socio-educational institution
of internment**

**Los encantos de la lectura en una institución socioeducativa
de internamiento**

Laudeth Alves dos Reis

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG – Brasil

Cláudia Terra do Nascimento Paz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Tubarão/SC – Brasil

Resumo

Este estudo tem por objetivo apresentar a análise da vivência do estímulo à prática da leitura realizada com adolescentes privados de liberdade. Trata-se de um relato de experiência, a partir da observação participante da prática de leitura dos adolescentes de uma instituição socioeducativa de internação, localizada no Triângulo Mineiro. Utilizou-se, para coleta e registro das informações, um diário de campo. Os dados revelaram: crescente aumento no hábito da leitura, consolidação da rotina de leitura, envolvimento familiar, desejo de possuir livro próprio, trocas de livros entre os adolescentes, *feedback* das leituras e contato com diferentes obras literárias e não literárias. A partir do estudo proposto, defende-se a prática da leitura como um dos caminhos possíveis para a emancipação humana e superação da condição de exclusão e marginalização a que estão sujeitos os adolescentes privados de liberdade.

Palavras-chave: Adolescentes privados de liberdade, Leitura, Prática emancipadora.

Abstract

This study aims to present an analysis of the experience of practice of reading stimulation conducted with adolescents deprived of freedom. This is an experience report based on participant observation of the adolescents' reading practice in a socio-educational internment institution, located in *Triângulo Mineiro*. We used a field diary to collect and register information. The data revealed: a growing increase in the habit of reading, the consolidation of a reading routine, family involvement, desire to have their own book; book exchanges among adolescents, feedback from readings, and contact with different literary and non-literary works. Based on the proposed study, we defend the practice of reading as one of the possible paths to human emancipation and overcoming the exclusion and marginalization condition to which adolescents deprived of freedom are subjected.

Keywords: Adolescents deprived of liberty, Reading, Emancipatory practice

Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar el análisis de la experiencia de estimulación a la práctica de la lectura realizada con adolescentes privados de libertad. Este es un informe de experiencia, a partir de la observación participante de la práctica de la lectura de los adolescentes de una institución socioeducativa de internamiento, ubicada en el *Triângulo Mineiro*. Se utilizó un diario de campo para

recoger y registrar las informaciones. Los datos revelaron: aumento del hábito de lectura; consolidación de la rutina de lectura; participación de la familia; deseo de tener su propio libro; intercambio de libros entre los adolescentes; retroalimentación de las lecturas y contacto con diferentes obras literarias y no literarias. A partir del estudio propuesto, se defiende la práctica de la lectura como uno de los caminos posibles para la emancipación humana y la superación de la condición de exclusión y marginación a la que están sometidos los adolescentes privados de libertad.

Palabras clave: Adolescentes privados de libertad, Lectura, Práctica emancipadora

1. Introdução

A leitura constitui uma prática emancipadora basilar ao pleno exercício da cidadania, despontando-se como um dos mais proeminentes caminhos para um *continuum* da educação e da aprendizagem ao longo da vida. E, em uma instituição socioeducativa privativa de liberdade, empreende esforços, configurando-se em uma atividade prazerosa aos adolescentes, além de promover um rico e necessário entretenimento durante o tempo do cumprimento da medida.

Freire (2011) nos alerta que a prática do sujeito leitor se constitui um fomento às mudanças sociais, pois influencia decisivamente os comportamentos e é um modo desvelado nos benefícios de arriscar e se aventurar nos encantos oriundos da leitura.

A maioria dos adolescentes que chegam à instituição socioeducativa de privação de liberdade possui um histórico de evasão escolar e alfabetização significativos e encontra, na leitura, a possibilidade de criação de novos hábitos para a ocupação, em especial, do tempo, o que lhes permite fomentar a imaginação, ampliar o vocabulário, melhorar a escrita e a interpretação, além do estímulo à criatividade. A esse respeito, Freire (2019, p. 25) enfatiza a força criadora do aprender, “[...] uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes.”

Para tanto, propõe-se neste estudo um relato de experiência ancorado na temática da leitura, a partir do qual surgiu o seguinte questionamento: De que modo a leitura pode ser um contributo relevante que favoreça uma prática emancipadora e inclusiva ao adolescente privado de liberdade?

O relato tem como requisito o trabalho de conclusão de curso referente a uma pós-graduação *lato sensu* em educação profissional e tecnológica inclusiva, cujo objetivo geral é apresentar a vivência do estímulo à prática da leitura, realizada com

adolescentes privados de liberdade, como forma de favorecimento de uma prática inclusiva.

São objetivos específicos: caracterizar os sujeitos como leitores, demonstrar o potencial formador e inclusivo de leitores no ambiente socioeducativo de internação e socializar a vivência da prática da leitura no âmbito de uma instituição, rumo à formação crítica e libertadora dos adolescentes privados de liberdade.

A relevância do estudo consiste em elucidar a experiência de leitura realizada em uma instituição socioeducativa, na qual se tornou uma rotina, quebrando, com isso, paradigmas e estigmas negativos com relação ao público-alvo que demanda um atenção e atendimentos mais humanizados. Além disso, é um importante meio para dar maior visibilidade a essa experiência, ultrapassando os muros da instituição. A leitura realizada pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa transcende de uma forma única de ocupação do tempo ocioso para um despertar de reflexões e para os encantos que dela podem tirar proveito(s) para a vida.

Com isso, há uma crescente preocupação em assegurar uma prática pedagógica radicada na multidimensionalidade da existência humana, como salienta Morin (2013, p. 59), ao dizer que: “[...] a política da humanidade implica no respeito aos saberes, aos fazeres, às artes de viver das diversas culturas [...], à autonomia das sociedades, incluindo-as integralmente nas trocas e interações planetárias.”

Teórica e metodologicamente, o estudo está estruturado em seções que dialogam entre si. Inicialmente, a descrição da opção metodológica; em seguida, a caracterização do adolescente leitor em condição de privação de liberdade; na sequência, trazemos a explanação da leitura enquanto prática libertadora e inclusiva no âmbito socioeducativo de internação; e, por fim, a apresentação dos resultados e conclusões.

2. Metodologia

O estudo se configura em um relato de experiência, de cunho metodológico qualitativo, do tipo descritivo (GIL, 2019), e visa a apresentar uma vivência pedagógica realizada com uma pedagoga e adolescentes privados de liberdade em uma instituição socioeducativa de internação. A pesquisa se desenvolveu durante os atendimentos individuais e coletivos, na biblioteca da instituição, situada no interior da sala da pedagogia. Tais atendimentos são encontros com os adolescentes para ouvi-

los e, a partir daí, fazer as intervenções necessárias à superação da sua condição de exclusão social, segundo as diretrizes da Metodologia do Atendimento Socioeducativo no estado de Minas Gerais.

Trata-se de uma observação participante que, de acordo com Lüdke e André (2018), é um rico instrumento de auxílio ao processo de compreensão e interpretação do fenômeno em questão, o que justifica o contato diário e direto da pedagoga com adolescentes, possibilitando-lhe um convívio *continuum* à prática de leitura nos diferentes espaços da instituição. O procedimento e o instrumento para o levantamento de dados fundamentaram-se nos registros em um diário de campo.

A observação e acompanhamento *in loco* do referido estudo foi realizada por uma pedagoga da instituição socioeducativa de internação, no ano de 2019, durante os meses de fevereiro a dezembro, em uma unidade socioeducativa de internação, localizada no Triângulo Mineiro. A unidade possui capacidade para atendimento a 22 adolescentes do sexo masculino. Durante a realização da pesquisa, a faixa etária estava entre 15 e 19 anos.

Nesse período, contava-se com um acervo que contemplava 2.151 livros, de diferentes gêneros, literários e não literários, tais como literatura infantil e infanto-juvenil, romance, evangélicos, espíritas, autoajuda, poesias, ficção, ação e terror, dentre outros. Ainda possuía 536 gibis e 128 periódicos (revistas, CDs e DVDs).

Com relação ao hábito de leitura, os adolescentes tinham liberdade para escolher os tipos e quantidades de gêneros literários e não literários, bem como o dia propício a cada um, segundo o interesse. Os registros e controles da periodicidade dos empréstimos dos livros e gibis eram feitos diariamente, pela pedagoga, em caderno de registro próprio.

Os empréstimos eram realizados em diversos momentos: durante os atendimentos individuais e coletivos; após a realização de projetos, oficina de cartas, lazer; quando solicitado pelo(s) próprio(s) adolescente(s); aproveitando o ensejo de passar próximo do local da biblioteca; ou durante a realização de outras atividades/projetos no mesmo espaço da biblioteca.

Quando acontecia de os adolescentes não irem à biblioteca, devido às restrições legais de transitar no espaço em detrimento do sistema socioeducativo privativo de liberdade, tinham a opção de receber os livros e/ou gibis, no alojamento. A impossibilidade de os adolescentes terem acesso aos livros era uma grande

preocupação e cuidado da pedagoga. Por esse motivo, era necessário atender ao desejo deles e garantir a leitura, também nos finais de semana, momento em que passam a maior parte do tempo no interior dos alojamentos.

Todo o acervo de livros da instituição em questão é proveniente de doações, parcerias e campanhas engendradas pela pedagoga, bem como a catalogação dos livros, consumada por meio de registro em planilha elaborada para o controle do acervo disponível, cujos livros são criteriosamente numerados. Portanto, conhecer o adolescente leitor em condição de privação de liberdade é o sentido do subtítulo a seguir.

3. Adolescente leitor privado de liberdade: quem é ele?

Adolescente, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) é a pessoa entre 12 e 18 anos de idade incompletos. Encontramos em Gallahue, Ozmun e Goodway (2013), a definição pautada na biologia e cultura, um período que compreende a preparação para a vida adulta. Em outra perspectiva, Outeiral (2001) entende esse momento como a organização da identidade em seus aspectos sociais, temporais e espaciais.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) também compreende o adolescente como um sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais que lhes são próprias. Os sujeitos da pesquisa, adolescentes privados de liberdade, consistiam naqueles considerados antissociais, que, por alguma razão, se rebelaram contra os padrões sociais estabelecidos. Corroborando essas afirmações, Aberastury e Knobel (1988, p. 11) salientam que é um período de decorrentes desequilíbrios e instabilidades extremas e, assim, descrevem como o veem:

[...] em conflito, em luta, em posição marginal frente ao mundo que limita e reprime. É este marginalizar-se do jovem o que pode levá-lo à psicopatia franca, à atitude delituosa, ou pode também, ser um mecanismo de defesa pelo qual preserva valores essenciais da espécie humana, a capacidade de adaptar-se *modificando* o meio, que tenta negar a satisfação instintiva e a possibilidade de chegar a uma vida adulta positiva e criativa. (grifo dos autores)

Majoritariamente, as definições têm em comum o processo natural de desenvolvimento, característica inerente do ser humano na relação que estabelece consigo mesmo, com o outro e com o mundo. O que os difere são os estímulos e contextos em que cada um está inserido. Dentro do contexto estudado, considera-se

que tais definições convergem, no sentido de que os adolescentes privados de liberdade se constituem em seres em desenvolvimento, de acordo com o meio no qual se inserem, dentro dos padrões sociais e determinantes.

O adolescente privado de liberdade é um autor de ato infracional, que, segundo o ECA (BRASIL, 1990), teve uma conduta descrita como análoga ao crime ou à contravenção penal, que, mediante determinação judicial, implica em medida socioeducativa de internação, se constatados: grave ameaça ou violência a pessoa; reiteração por cometimento de outras infrações graves; ou descumprimento reiterado e injustificável de uma medida anteriormente imposta.

Esse sujeito não pode ser somente determinante por sua condição de infrator, mas alguém em processo de construção do seu ser, que se move por sonhos, desejos e projetos de vida, em sua maioria ligados aos padrões sociais.

A medida socioeducativa de internação para o adolescente infrator tem duração de até três anos, e esse tempo poderá ser abreviado, por meio de uma reavaliação a cada seis meses, no máximo, cuja decisão poderá ser o desligamento total da medida ou substituição por outra de menor gravidade, em meio aberto e/ou semiaberto (VOLPI, 2011).

É uma medida que configura uma resposta do Estado à prática de uma transgressão, apresenta (ou mesmo, deveria) um caráter iminentemente educativo na sua aplicação e execução, cuja condição de privação de liberdade por si só já denota punição. Volpi (2011) nos remete ao fato de que a prática do ato infracional não pode ser entendida como peculiar à sua identidade, mas, sobretudo, como uma circunstância de vida cabível de mudança. Daí a condição do adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, conforme preconiza o ECA (BRASIL, 1990).

A proposta é oferecer uma política que possibilite aos adolescentes opções de transformação na realidade que vive, por meio do desenvolvimento do autocontrole (capacidade de novas tomadas de decisões e escolhas) e convívio social, por meio da responsabilização pelos atos anteriormente praticados com vistas à projeção futura, longe da criminalidade (BAHLS; GEHRKE, 2017; VOLPI, 2011).

Para isso, a Metodologia de Atendimento Socioeducativo (MINAS GERAIS, 2012-2013) prevê um trabalho junto aos adolescentes sob diferentes eixos da medida socioeducativa, tais como: abordagem familiar e sociocomunitária, educação escolar,

formação profissional, inserção no mercado de trabalho, atendimento à saúde, atividades esportivas, culturais e de lazer e atendimentos individuais com equipe multidisciplinar (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, assessor jurídico e enfermeiros).

A unidade socioeducativa, *locus* do presente relato, é destinada a adolescentes do sexo masculino e possui uma rotina semanal intensa, constituindo-se das seguintes atividades: a escolarização, limpeza e manutenção dos alojamentos e demais espaços físicos, lavagem e recolhimento das roupas, atendimentos individuais e coletivos com a equipe multidisciplinar, visita familiar, ligação telefônica, cursos profissionalizantes, projetos internos e externos, oficina de cartas, lazer todos os dias (tempo livre destinado a esportes, jogos de tabuleiros, leitura e outros), televisão à noite durante a semana e leitura no interior dos alojamentos.

Nos finais de semana, permanecem o lazer, a televisão em horário prolongado, a leitura e jogos diversos de salão.

Essa rotina institucional é importante, no sentido da proteção integral e oportunidades de acesso e êxito à formação pessoal e profissional do adolescente, rumo à construção de valores positivos que favoreçam a sua reinserção social (VOLPI, 2011).

Trata-se de um momento de novos aprendizados, condição *sine qua non* da natureza humana. Freire (2016; 2019) inclusive, denomina a educação como uma janela para o mundo, o que pressupõe uma prática educativa transformadora. Sendo assim, os adolescentes privados de liberdade têm a oportunidade de, mediante esforços e desafios postos no período de acautelamento, ir além dos condicionantes próprios da medida socioeducativa. No entanto, devem assumir uma postura que lhes permita aventurar-se nas possibilidades de aprendizados vindouros, rumo a uma prática reflexiva da realidade posta em toda a sua complexidade. É desse modo, que a leitura surge como uma ferramenta importante nesse processo de socioeducação, como será demonstrado a seguir.

3.1 A leitura e sua prática libertadora e inclusiva no ambiente socioeducativo: “dá pá trocá o livro hoje”?

A leitura é uma das mais privilegiadas ferramentas que propiciam a formação humana, pois desde a ,mais tenra idade, busca-se ler e entender o mundo por meio

de ações, objetos ou gestos que representam as mais variadas formas de manifestações. Pode-se destacar algumas delas: o sorriso materno, a mamadeira, o chocalho, a fralda, a roupa, a pomada etc.

Na perspectiva de Freire (2019, 2016, 2011), a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Não se deve ser ingênuo, a ponto de achar que ela se encontra apenas nos livros, mas, sobretudo, na vida. Cada pessoa carrega consigo marcas da sua cultura, do meio no qual convive. A cada leitura realizada, novos significados vão sendo (re)elaborados, criando assim, um meio fecundo de reflexão crítica da realidade.

Entender o contexto de vida de um adolescente privado de liberdade implica em conscientizá-lo a agir em favor do exercício de sua própria liberdade. Até a forma como são denominados socialmente ainda é algo a ser superado, pois Volpi (2011) aponta alguns termos estigmatizados e preconceituosos de que os meios de comunicação também se apropriam para designá-los, tais como: bandidos, trombadinhas, menores infratores etc. Segundo o autor, há uma grande dificuldade de a sociedade reconhecer no adolescente privado de liberdade a sua qualidade de cidadão.

A Metodologia de Atendimento Socioeducativo (MINAS GERAIS, 2012-2013), em seus dispositivos legais prevê um atendimento fundado no respeito aos direitos humanos e cidadania, promovendo, assim, sua inclusão social com base na sua condição de sujeito de direitos. Para tanto, tais dispositivos legais preveem aos adolescentes oportunidades de superação da sua condição de exclusão, com vistas à formação de valores positivos de participação na vida social (VOLPI, 2016).

A restrição da liberdade implicará, momentaneamente, em limitações do exercício pleno do direito de ir e vir, mas não de outros direitos constitucionais que o inclua em uma perspectiva cidadã. Logo, o ato de ler se revela um ato social, uma forma de atenuar os efeitos negativos da privação de liberdade.

O livro no interior da instituição socioeducativa assume um lugar próprio e importante, sem ser uma imposição, mas compreendida no seu aspecto lúdico, ao propiciar lazer, entretenimento e conhecimentos. A esse respeito, Platzner e Pascolati (2010) apontam a leitura como meio de participação política, propício à libertação da opressão ideológica ou ascensão social, o que, como consequência, influencia decisivamente comportamentos.

Bahls e Gehrke (2017), em seu estudo, investigaram o potencial da biblioteca e da leitura nos centros socioeducativos e destacaram o seu potencial formador, capaz de permitir ao sujeito maior conscientização, fator essencial a sua reinserção social. Por isso, a necessidade de oferecer meios para que o adolescente leitor tenha envolvimento integral com aquilo que se lê.

Para tanto, os autores consideram o ato de ler um espaço de liberdade, e o espaço socioeducativo proporciona essa familiarização com os diferentes gêneros literários e não literários, desde o mais simples ao mais complexo, posto que se constitui uma prática social, e não uma atividade isolada do contexto do adolescente leitor. Desvela um momento favorável ao experimento de diferentes fruições como: sonhos, alegrias, tristezas, imaginação, informação e conhecimentos, nesse ambiente de controle. Um momento em que podem desligar-se desse contexto de opressão.

Platzer e Pascolati (2010) destacam a importância das representações do ato de ler nas práticas sociais, de modo a contribuir para a construção da própria identidade social, libertando-se, sobretudo, das amarras de discursos opressores que tanto as massificam e coisificam ideologicamente.

Novo, Lins e Santos (2021) salientam que a efetivação do ato de ler só ocorre quando o leitor atribui significado ao texto, ou seja, quando há uma apropriação a partir dos sentidos e representações das realidades que são empreendidas. Daí a importância da leitura a partir do interesse próprio para que se sinta motivado e o ato de ler não se restrinja apenas à decifração de signos, e sim, uma prática libertadora que permita a esses adolescentes, o real e efetivo acesso ao mundo da leitura, uma conquista do saber ler com habilidade e de forma crítica.

Ribeiro *et al.* (2020), consideram o desenvolvimento da competência leitora, condição imprescindível ao desenvolvimento pessoal e profissional, nas sociedades contemporâneas. E ainda exemplificam a escola que, em virtude dos decorrentes problemas de leitura, tende a acarretar problemas mais amplos no processo de escolarização.

Eles apontam que, se o sujeito lê com dificuldade, o que denota baixo nível de compreensão, conseqüentemente, demonstrará considerável desinteresse pelas práticas do letramento escolar, o que gera baixo rendimento acadêmico. No entanto, salientam os efeitos da leitura com proficiência e desenvoltura, uma vez que aumentam as chances de sucesso tanto escolar, quanto na vida. Esse último, no

sentido de poder se posicionar frente a uma participação social mais autônoma, crítica e ativa.

Além disso, algumas pesquisas realizadas (BRASIL, 2021; 2019; FAILLA, 2021) sinalizam o comportamento do leitor brasileiro, demonstrando que a prática de estímulo à leitura da instituição *locus* deste relato pode ser um caminho assertivo, ao despertar nos adolescentes a consciência de si, com vistas a uma prática reflexiva da realidade na qual se inserem.

Em 2018, o foco do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) (BRASIL, 2019), que trata do maior estudo da educação no âmbito mundial, foi a leitura. Segundo o documento, ela deixou de ser considerada uma habilidade adquirida apenas na infância, no início da escolarização, para ser vista como uma construção ao longo da vida nos diferentes contextos sociais.

Já o Pisa de 2021 (BRASIL, 2021) destacou o pensamento criativo como uma competência necessária ao desenvolvimento dos jovens de hoje, que se deparam com desafios locais e globais cada vez mais complexos, o que demanda soluções inovadoras. E a leitura exerce um papel fundamental entre as habilidades previstas para o século 21 nesse processo de aquisição de conhecimentos.

Os dados revelaram baixo desempenho escolar em leitura. Aproximadamente 50% dos brasileiros não alcançaram o mínimo necessário de desempenho escolar adquirido até o final do ensino médio, o que aponta para a necessidade de melhorias urgentes nesses resultados. Para tanto, o governo brasileiro vem adotando algumas estratégias que buscam modificar esse cenário. Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) aborda a leitura enquanto um eixo essencial que requer um melhor desenvolvimento na educação básica.

Vale destacar também a Pesquisa Retratos da Leitura, que busca informações sobre os hábitos de leitura dos brasileiros. A pesquisa é realizada a cada quatro anos, e a quinta edição realizada em 2019 (FAILLA, 2021) revelou uma redução no percentual de leitores entre 2015 e 2019, ampliando o desafio de melhorar o “retrato” que vem se mostrando historicamente desde o início das pesquisas em 2007. Desse modo, a realidade brasileira apresenta 50% de *não leitores*, o que justifica o *ranking* do IDH (84º lugar) que aponta o Brasil em desvantagem em relação a vários países da América Latina, caindo cinco posições entre 2018 e 2019.

Os dados apontam um baixo índice de leitura e ainda demonstram que o gênero mais lido no país foi a Bíblia, alcançando 35% dos leitores. Em seguida, aparecem outras obras religiosas, contos e romance (22% cada).

Autoras como Dell'Isola (2001) e Orlandi (2003) salientam que ler e entender são considerados processos ativos e criativos, pois envolvem não apenas uma decodificação de sinais ou mera reprodução mecânica de informações, mas sim, um processo permeado por compreensão, inferência e (re)significações a partir do que foi lido. Por meio desse hábito, exercita-se o raciocínio, transformando a leitura em atividade de conscientização. Sendo assim, ressaltam a leitura como um meio facilitador de compreensão da realidade, permitindo a quem lê chegar a diferentes conclusões do mundo no qual se insere. A habilidade da leitura possibilita novos sentidos a cada leitura realizada, criando, assim, um leitor em potencial.

Portanto, sem o domínio da habilidade da leitura, a tendência é a permanência, controle e perpetuação da marginalização, impedindo, desse modo, o acesso aos bens culturais que assegurem inclusão social, dignidade e autorrealização.

Até aqui, é possível inferir o quanto a leitura contribui consideravelmente para o processo de humanização dos adolescentes em questão, pois é dotada de grande potencial para sua formação, uma vez que pode influenciar o comportamento, modificando atitudes e os tornando críticos e ativos perante a sociedade. Daí seu entendimento enquanto prática educativa libertadora e inclusiva, o que ocasiona recorrentemente, o atendimento primoroso aos pedidos por empréstimos para leitura no interior dos alojamentos.

4. Resultados e discussão

Grande parte dos adolescentes privados de liberdade chegam à instituição evadidos da escola não matriculados ou, se matriculados, infrequentes. Eles possuem aproximadamente até sete anos de defasagem escolar e apresentam acentuadas dificuldades de aprendizagem.

Levantamentos associam a trajetória infracional ao distanciamento da escola (MINAS GERAIS, 2016). E, como solução para esse cenário, para “atenuar” e “otimizar” esse tempo “perdido”, os adolescentes são reclassificados. Assim, conseguem avançar para as séries posteriores, cujas ausências dos conteúdos se tornam lacunas no processo de aprendizagem e dificultam o acompanhamento da

série na qual são matriculados. É sob esse prisma, que o processo de escolarização se configura como um desafio a esse público após o cumprimento da medida.

É nesse contexto, ainda com certas resistências, que os vínculos escolares são (re)criados e fortalecidos. A leitura, então, assume um papel relevante, no sentido de se instituir como meio de ocupação, lazer e entretenimento no interior do alojamento. Esse é o momento favorável para o início de um processo de formação do leitor, posto que a escolha é livre, não havendo qualquer obrigatoriedade, apenas as regras quanto aos cuidados básicos com os livros. Quando não sendo acatados, resultam em transgressões e, conseqüentemente, podem gerar sanção disciplinar, um prejuízo capaz de comprometer o tempo de medida.

No entanto, vale destacar que o apreço à prática da leitura se torna tão evidente, que os danos são por eles evitados, estabelecendo uma relação construtiva de confiança e gerando o aumento quantitativo de empréstimos dos livros. Tal prática condiz com o papel transformador da leitura nesse processo de construção da formação do adolescente leitor, uma vez que não se trata de uma ação imposta, e sim, uma prática educativa e libertária desvelada no entusiasmo proporcionado por ela.

A seguir, elaborou-se um quantitativo mensal de empréstimos dos livros e gibis, como demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Total mensal de empréstimos dos livros e gibis, 2019.

MÊS	LIVROS E GIBIS	MÊS	LIVROS E GIBIS
Fevereiro	47	Agosto	256
Março	74	Setembro	234
Abril	45	Outubro	303
Maiο	14	Novembro	285
Junho	40	Dezembro	211
Julho	193		

Fonte: As autoras

Ressalta-se o aumento progressivo da quantidade de empréstimos dos livros em virtude da confiança que foi sendo construída e estabelecida, quanto aos cuidados e preocupações apresentados e manifestados pelos adolescentes.

Os dados do diário de campo revelaram crescente aumento no hábito de leitura, o que tornou a leitura uma rotina para a maioria dos adolescentes. Um dado interessante: no mês de maio, houve queda na quantidade de empréstimos, devido à ausência de outro profissional que propiciasse a prática da leitura.

Como consequência, houve um maior cuidado e preocupação com os livros, ocasionando uma conscientização acerca da sua função social, ao favorecer o uso aos demais adolescentes, lembrando sobretudo, dos futuros internos. Por conseguinte, a conferência de todo o acervo disponível na biblioteca, realizada no início do ano, não apontou nenhum dano a livros, evitando com isso sanção disciplinar para tal fim.

Havia aqueles que encontravam na leitura uma predileção pelo momento de estar consigo próprio, distante dos problemas e conflitos que pudessem surgir em meio aos demais adolescentes infratores, em momentos, por exemplo, de assistir à televisão e/ou jogar (jogos de tabuleiros estão disponíveis apenas nos finais de semana e feriados). Trata-se de um momento próprio, do qual pode usufruir por sua vontade, pois, segundo Failla (2021), ler constitui uma prática de introspecção, o que requer concentração. Ler não é tarefa fácil, principalmente, pelas dificuldades apresentadas por esses adolescentes no processo de ensino-aprendizagem, provenientes das rupturas em sua trajetória escolar.

Houve envolvimento da família que, para suprir o interesse do adolescente, passou também a realizar empréstimos de livros em biblioteca pública municipal, de autores específicos, visto ter esgotado a leitura do acervo existente na biblioteca da instituição. Conforme Bahls e Gehrke (2017) salientam em seu estudo, isso se deve à compreensão que a família tem quanto ao potencial da biblioteca no âmbito socioeducativo. Nesse contexto, é sempre bom lembrar que os vínculos familiares assumem um papel essencial no momento de cumprimento da medida (MINAS GERAIS, 2016; BRASIL, 1990).

Surgiu, com isso, a necessidade de os adolescentes possuírem seu próprio livro trazido pela família, e não somente os livros da instituição. Fica clara a relevância da biblioteca como um estímulo e parte identitária dos sujeitos, uma vez que o livro assume um papel essencial nesse contexto, favorecendo o sentido da liberdade, interpretação e (des)construção de ideais oriundos do ato de ler (NOVO *et al.*, 2021; RIBEIRO, *et al.*, 2020; BAHLS; GEHRKE, 2017; PLATZER; PASCOLATI, 2010)

Práticas de leituras podem dar voz àqueles que, de alguma maneira, são excluídos da sociedade nessa experiência e contribuem significativamente para a ampliação da visão de mundo, instrumentalizando-os a pensar e agir de modo crítico, além de favorecer o pleno exercício de sua autonomia. Essa é uma dentre tantas

outras práticas educacionais que contribuem para o processo de humanização do sujeito, oportunizando, desse modo, a formação de leitores autônomos, críticos e que busquem na leitura o conhecimento e o prazer. A perspectiva de Freire (2019) ratifica a prática educativa (trans)formadora como capaz de promover a inclusão social por meio do conhecimento.

Notou-se, diante disso, que o hábito da leitura possibilitou indicações e trocas de livros entre adolescentes do mesmo alojamento e foi determinante para ampliar o interesse pela leitura. E o ato de ler, nesse momento, traduz a oportunidade de permitir a eles se sentirem livres para realizar suas próprias escolhas, buscando leituras de seu interesse.

Muitos adolescentes faziam questão de recorrer à pedagoga para dar um *feedback* do livro lido em momentos diversos, como durante os atendimentos individuais ou coletivos, no percurso de algum trajeto, para a escola, lazer, atividade laboral etc. Isso era interessante. Por outro lado, eram comuns comentários negativos de agentes socioeducativos que não acreditam na leitura dos adolescentes.

A literatura (NOVO *et al*, 2021; RIBEIRO, *et al.*, 2020; BAHLS, GEHRKE, 2017; BAHLS, GEHRKE, 2017; FREIRE, 2019; 2016, 2011; FAILLA, 2016; PLATZER, PASCOLATI, 2010; ORLANDI, 2003; DELL'ISOLA, 2001) tem apontado o quanto essa prática é libertadora e conduz ao conhecimento e à cultura, pois ela transforma, informa, emociona e humaniza. É um instrumento fundamental para promoção da aprendizagem, rumo a uma educação de qualidade e inclusiva.

O hábito da leitura, ao possibilitar o contato com diferentes obras literárias e não literárias, resultou nos adolescentes, em preferências por aquelas que mais lhes interessavam, o que nada mais é que se constituir em sujeito da própria história, momento que se faz livre, inaugurando o que Freire (2016, p. 46) atribui ao *ser mais*, capacidade de se transcender, autossuperar, o que ele coloca como “[...] a necessidade que se impõe de superar a situação opressora”, o que pressupõe um reconhecimento crítico que origina uma ação transformadora. É o que ele também designa como momento propício a se sentir sujeito do seu pensar.

É fato que o ato de ler tem impactado positivamente a oficina de cartas. Essa também, uma das atribuições da pedagoga, na qual adolescentes, ao escreverem, já denotam preocupação com os possíveis erros de natureza gramatical, especialmente ortográficos, buscando com isso uma melhor coesão e coerência textual na produção

escrita. Observaram-se aqui as implicações positivas do ato de ler na prevenção e/ou minimização de dificuldades de aprendizagem em leitura, ponto importante considerando a possibilidade de retorno à escola.

A esse respeito, Padovani e Ristum (2013) assinalam a relevância do contexto escolar como uma oportunidade de inclusão, pois possibilita garantir uma educação social que prime pelo desenvolvimento de atitudes e habilidades, preparando o adolescente para o convívio social. Para tanto, lembram que os conteúdos trabalhados devem transcender à mera transmissão de conhecimentos, considerando principalmente o seu modo de vida. A escola é uma aliada importante no enfrentamento do desafio da inclusão escolar, promovendo uma aprendizagem inclusiva que permita ao adolescente, após o cumprimento da medida socioeducativa, o acesso, permanência e êxito discente.

Neves, Rahme e Ferreira (2019), no estudo realizado, sinalizam uma aposta educativa inclusiva, ou seja, para “todos”, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas. Alertam para o fato de que, quando questões metodológicas se sobrepõem às dimensões da subjetividade e alteridade, anulam o direito à diferença e identidade. Para esses mesmos autores (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019), esse movimento pode desencadear riscos de produzir a indiferença, conforme se nega uma peculiaridade que define o sujeito.

Compreender que a leitura perpassa os diferentes espaços formais e não formais da instituição é um dos grandes desafios, pois juntos se complementam, permitindo ao adolescente construir conhecimentos. Para isso, é essencial formar leitores que se envolvam integralmente no ato da leitura.

Claro está que, para um trabalho efetivo de leitura, faz-se necessária a exploração dos diversos portadores de leituras, como revistas, jornais, documentos, livros etc., bem como a sua função e uso sociais.

Mediante a experiência, verificamos os contributos da leitura por meio dos dados coletados e apresentados em relação ao gosto pela aquisição do hábito e rotina por ela proporcionado, levando em consideração o envolvimento familiar, o anseio da obtenção do próprio livro, as consequentes trocas de livros das mais diferentes obras literárias e, por fim, o *feedback* das leituras por eles realizadas.

Tais contributos, de modo expressivo, favoreceram a ampliação e enriquecimento do vocabulário, dentre tantas outras benesses, como por exemplo, a

visão de mundo sob uma ótica crítica, conforme a literatura obstinadamente vem apontando (RIBEIRO *et al.*, 2020; FREIRE, 2019; 2016, 2011; FAILLA, 2021; BAHLS; GEHRKE, 2017; ORLANDI, 2003; DELL'ISOLA, 2001). Não trata apenas de um simples ato de codificação e decodificação de sinais gráficos, mas, sobretudo, o estabelecimento de sentidos e significações, bem como de seus múltiplos efeitos na vida, tornando um sujeito leitor ativo e participativo no exercício de sua cidadania.

A esse respeito, Failla (2021, p. 23), corrobora, afirmando que,

[...] a leitura é a principal ferramenta para a aprendizagem, para uma educação de qualidade, para a plena cidadania e condição essencial para o desenvolvimento social e humano de uma nação. A leitura é libertadora e promove o protagonismo no acesso ao conhecimento e à cultura. Ela transforma, informa, emociona e humaniza. Traduz e nos aproxima do que é humano em diferentes tempos, lugares, sentidos, culturas e sentimentos.

A leitura do mundo é condição essencial para uma melhor compreensão da relevância do ato de ler, por meio de uma prática consciente do desenvolvimento da competência leitora, rumo a projetos de vida que permitam aos adolescentes privados de liberdade, foco deste estudo, distanciar-se da criminalidade, exercendo com dignidade sua cidadania

5. Considerações finais

A partir do estudo proposto, defende-se a prática da leitura como um dos caminhos possíveis para a emancipação humana e superação da condição de exclusão e marginalização a que estão sujeitos os adolescentes privados de liberdade. Os resultados das avaliações apontam índices preocupantes com relação a leitura e a colocam entre as prioridades a serem desenvolvidas na educação nos mais diversos espaços formais e informais. E, no contexto socioeducativo, ela deve se constituir num meio eficiente de leitura enquanto prática educativa, libertária e de inclusão social.

É fato que dela emana um encanto capaz de dar novos sentidos existenciais àqueles que se dão a oportunidade de a praticar. O âmbito socioeducativo tem sido um espaço oportuno para esse encontro, tornando o momento circunstancial em meio a restrição do ir e vir, algo mais leve, deleitando-se na liberdade da imaginação. Com isso, são brindados de conhecimentos, experiências e, conseqüentemente, mudanças de atitudes.

Levando em conta a importância da leitura no âmbito socioeducativo, pode-se considerar exitosa essa experiência, pelo fato de alcançar boa parte dos adolescentes. É necessário continuar reinventando diferentes estratégias que possam alcançar, cada vez mais, outros adolescentes e outras instituições socioeducativas. Com isso, fomentar amplamente a formação de leitores em potencial, de modo que não encontrem na leitura apenas um simples passatempo, mas um meio eficaz de aquisição de conhecimentos e formação para a cidadania.

O contexto literário em que se deu a experiência, bem como as características inerentes aos protagonistas envolvidos, servem de experiência concreta bastante proveitosa, ressignificando o papel da leitura enquanto um recurso indispensável à medida socioeducativa.

Dentre as tantas benesses já apresentadas no presente estudo, vale destacar a notória habilidade adquirida e aprimorada pela leitura, que se tornou um hábito diário na rotina dos adolescentes nessa instituição socioeducativa. Além de ser uma prática inclusiva nos diferentes espaços formais e não formais, contribuiu também para atenuar as dificuldades de aprendizagem, melhorando nas habilidades de leitura, interpretação e produção textual.

A luta pela emancipação da humanidade reside no acesso à consciência da complexidade planetária (MORIN, 2013), que começa com pequenas grandes ações como esta: o estímulo à leitura, com vias à formação de leitores. Além disso, os esforços para a implementação de um espaço biblioteca é uma conquista morosa, mas possível, que se consolida com a união de esforços e parcerias.

Entendemos o espaço socioeducativo privativo de liberdade um campo fértil de pesquisa que carece de outros estudos e olhares sensíveis, aptos a acreditar e contribuir para a promoção de mudanças que permitam a esses adolescentes leitores acautelados, exercer com dignidade e totalidade a sua cidadania.

Referências bibliográficas

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. 7. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BAHLS, Diego Paiva; GEHRKE, Marcos. A biblioteca como espaço de leitura em ambientes socioeducativos. **Revista Interfaces**, v. 8, n. 1, p. 73-84, mar. 2017.

BRASIL. **Relatório Brasil no PISA 2018: versão preliminar..** Brasília: Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no Pisa 2021 – Matriz de referência para pensamento criativo** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular [BNCC]**. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. *Ian. Diário Oficial*: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13564-13577, 16 jul. 1990.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura: inferências e contexto sociocultural**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GALLAHUE, David. L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

MINAS GERAIS. Subsecretaria de Atendimento as Medidas Socioeducativas [Suase]. **Diretrizes Pedagógicas para Atendimento Educacional ao Sistema Socioeducativo no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Suase, 2016.

MINAS GERAIS. Subsecretaria de Atendimento as Medidas Socioeducativas [Suase]. **Metodologia de atendimento da medida socioeducativa de internação**. Belo Horizonte: Suase, 2012/2013.

MORIN, Edgar. **A via: para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Revista Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2019.

NOVO, Hildenise Ferreira; LINS, Ivana Aparecida Borges; SANTOS, José Carlos Sales dos. Leitura e Biblioteca: caminhos para a libertação. **Revista Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, p. 1-17, ago. 2021

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PADOVANI, Andrea Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013.

PLATZER, Maria Betanea; POSCOLATI, Sonia Aparecida Vido. Representações sobre leitura. **Revista Práxis Educacional**, v. 6, n. 8, p. 11-32, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo; CAVALCANTE, Vanuze Maria Pacheco; NUNES, Cláudia Tatiana Prates. Práticas de ensino de leitura numa perspectiva metacognitivas: efeitos sobre o comportamento do leitor. **Educação em Perspectiva**, v. 11, p. 1-18, 2020.

OUTEIRAL, José. Adolescência: modernidade e pós-modernidade. *In*: WEINBERG, Cybelle (Org.). **Geração delivery: adolescer no mundo atual**. São Paulo: Sá, 2001. P.13-38.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.